



## História do ensino da leitura no Brasil e os silabários do século XIX

History of reading instruction in Brasil and 19th-century syllabaries

Historia de la enseñanza de la lectura en Brasil y los silabarios del siglo XIX

Juliano Guerra Rocha

Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-7101-0116>

<http://lattes.cnpq.br/1944535179478135>

[professorjulianoguerra@gmail.com](mailto:professorjulianoguerra@gmail.com)

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar os livros escolares produzidos e/ou divulgados no Brasil no século XIX, intitulados de silabários, cotejando-os para compreensão de seus dispositivos gráficos e dos ideários sobre o ensino de leitura que propagavam. Para tanto, inicialmente realizou-se um inventário desses impressos nas fontes da Hemeroteca Digital Brasileira, buscando, além dos títulos, as definições e representações típicas de um silabário no Brasil. Em seguida, procedeu-se à análise de três silabários brasileiros localizados em sua integralidade nos acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Biblioteca Nacional, ambos no Rio de Janeiro, investigando seus autores, sua materialidade e os métodos de ensino da leitura propostos. Almejou-se, com esse estudo, contribuir para a história do ensino de leitura no Brasil, compreendendo as especificidades da produção editorial dos silabários e a maneira como esses materiais vislumbravam práticas de ensino no contexto oitocentista.

**Palavras-chave:** História da alfabetização; Século XIX; Silabário.

## Abstract

This study aims to analyze schoolbooks produced and/or distributed in Brazil in the 19th century, called syllabaries, comparing them to understand their graphic devices and the ideas about reading instruction that they propagated. To this end, an inventory of these printed materials was initially carried out in the sources of the *Hemeroteca Digital Brasileira*, seeking, in addition to the titles, the definitions and typical representations of a syllabary in Brazil. Next, an analysis was carried out of three Brazilian syllabaries located in their entirety in the collections of the *Casa de Rui Barbosa* and the *Biblioteca Nacional*, both in Rio de Janeiro, investigating their authors, their materiality and the reading instruction methods proposed. This study seeks to contribute to the history of reading instruction in Brazil, understanding the specificities of the editorial production of syllabaries and the way in which these materials envisioned reading instruction practices in the 19th century context.

**Keywords:** History of literacy; 19th century; Syllabary.

## Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar los libros escolares producidos y/o divulgados en Brasil en el siglo XIX, denominados silabarios, comparándolos para comprender sus dispositivos gráficos y los idearios sobre lectura que propagaban. Para ello, inicialmente se realizó un inventario de estas impresiones en las fuentes de la Hemeroteca Digital Brasileira, buscando, además de los títulos, las definiciones y representaciones típicas de un silabario en Brasil. Luego, se procedió al análisis de tres silabarios brasileños localizados en su totalidad en los archivos de la Casa de Rui Barbosa y de la Biblioteca Nacional, ambos en Río de Janeiro, investigando sus autores, su materialidad y los métodos de enseñanza de la lectura propuestos. Con este estudio se buscó contribuir a la historia de la enseñanza de la lectura en Brasil, comprendiendo las especificidades de la producción editorial de los silabarios y la manera en que estos materiales visualizaban las prácticas de enseñanza de la lectura en el contexto del siglo XIX.

**Palabras clave:** Historia de la alfabetización; Siglo XIX; Silabario.

Recebido: 14/02/2025

Aprovado: 28/04/2025

## Introdução<sup>1</sup>

Notadamente desde o século XIX, o discurso sobre a necessidade de um método ideal para alfabetizar, concretizado em um impresso, fez com que a produção de livros escolares se ampliasse e se tornasse uma área promissora para escritores e livreiros-editores. O comércio de obras didáticas, comparado ao de outros gêneros literários, era muito mais amplo, levando autores a buscar na escrita de impressos escolares um meio de obter sustento. Hallewell (2012), em seu clássico estudo sobre a história do livro no Brasil, demonstra que muitas livrarias e editoras, no período oitocentista, conseguiram manter-se graças ao investimento na publicação e venda de livros escolares, um ramo comercial em ascensão. De fato, uma análise dos catálogos das livrarias e editoras da época revela que os livros didáticos ocupavam grande parte de suas publicações, especialmente na segunda metade do século XIX e início do XX, quando se difundiu a necessidade de materiais específicos voltados ao ensino das disciplinas escolares (Batista, Galvão, Klinke, 2002; Tambara, 2002; Hallewell, 2012; Razzini, 2014; Bragança, 2016).

Os livros direcionados à disciplina de língua portuguesa no Brasil, em particular para o ensino inicial da leitura e da escrita ou alfabetização, ao longo da história, receberam diversas denominações, sendo as mais conhecidas: abecedário, artinha, carta, carta de ABC, carta de sílabas, carta de nomes, carta de fora, cartinha, cartilha, silabário, pré-livro, primeiro livro de leitura, livro de primeiras letras, livro de leitura, livro didático, livro de alfabetização etc. Embora com características que os aproximassem, cada uma dessas denominações tinha especificidades que as diferenciavam e as particularizavam no mercado editorial brasileiro em cada período histórico. Vale ressaltar que algumas designações foram substituídas ou até mesmo caíram em desuso, pois se associavam ao ensino “tradicional” do ler e do escrever. O caso mais emblemático é o do uso da palavra “cartilha” nos títulos dos livros destinados à alfabetização no final do século XX.

Com a entrada dos estudos de base psicogenética para a compreensão de como as crianças se apropriavam da língua escrita, que ficaram popularmente conhecidos como “teoria construtivista”, e dos debates em torno dos usos e funções sociais da linguagem, a partir do que se denominou “letramento”, as cartilhas e seus conteúdos foram criticados. Frade e Maciel (2006) elucidam que, na década de 90 do século XX, surgiram diferentes políticas de controle dos livros didáticos no território brasileiro; em 1996, o governo federal “inaugura uma outra política de regulação, avaliação e compra de livros para alfabetizar” e, sendo assim, “vários livros [para alfabetização] que compunham uma espécie de tradição pedagógica, até aquele momento, saíram do circuito de compra e indicação, especialmente para as escolas públicas” (Frade; Maciel, 2006, p. 17-18). À vista disso, nomear um livro como “cartilha” tornou-se sinônimo de algo tradicional, arcaico e obsoleto, passando o termo a ser suprimido dos títulos das obras.

Sobre as cartilhas de alfabetização, muitas pesquisas se avolumaram nos últimos anos, tendo sido uma fonte e/ou objeto de estudos com grande destaque entre as pesquisas da história da alfabetização brasileira (Cardoso, Amâncio, 2018; Dias, Cardoso, 2024). Em comparação, outros impressos direcionados ao ensino inicial da leitura e da escrita, como cartas de ABC, abecedários e silabários, têm sido menos explorados, seja pela dificuldade de acessar essas fontes, seja pelo desafio de caracterizá-las com precisão dentro da história da escolarização (Frade, 2010a; Peres, 2023).

<sup>1</sup> Agradeço às Professoras Francisca Maciel e Marcia Razzini pelo diálogo sobre o conteúdo deste artigo em vários momentos de sua produção. Todavia, todo o conteúdo é de minha inteira responsabilidade. Ao professor Eduardo Arriada agradeço a disponibilização de imagens de algumas páginas do *Primeiro Livro de Leitura (Silabário)*, de Hilário Ribeiro. À Fundação Casa de Rui Barbosa, que disponibilizou a versão digitalizada da obra *Syllabario nacional ou novo metodo para aprender a ler*, de Antonio de Araujo Ferreira Jacobina, agradeço a colaboração de Leonardo Pereira da Cunha (Técnico da Biblioteca). Estendo também os agradecimentos às pesquisadoras Adriana Valentim Beaklini e Patricia Telles, que auxiliaram para termos contato com a materialidade dessa obra.

Logo, neste artigo, em particular, a investigação concentra-se nos silabários, publicados no Brasil ou no exterior no século XIX, que circularam pelas escolas brasileiras e foram divulgados na imprensa do país. A respeito dessa temática, é importante esclarecer dois pontos. O primeiro diz respeito ao que as investigações sobre o livro escolar demonstram fortemente: houve uma ampla circulação de livros de autores portugueses no ensino doméstico ou escolar nos oitocentos no Brasil (Vojniak, 2014). O segundo ponto diz respeito ao período escolhido, século XIX, para demarcar a nossa pesquisa. Foi nesse século que se expandiu a produção de livros para alfabetização escritos por autores brasileiros ou estrangeiros naturalizados no país (Mortatti, 2000; Valdez, Panizzolo, Dias, Rocha, 2023, 2025).

Para tanto, o trabalho assumiu o objetivo de analisar os livros escolares produzidos e/ou divulgados no Brasil no século XIX, intitulados de silabários, cotejando-os para compreensão de seus dispositivos gráficos e dos ideários sobre o ensino de leitura que propagavam. As fontes analisadas foram obtidas por meio de um amplo levantamento na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, em cujo acervo de periódicos rastreamos todas as ocorrências dos termos “syllabario” e “syllabarios”. Em pesquisa realizada entre maio e julho de 2024 foram encontradas cerca de 1.451 ocorrências com esses filtros, detalhadas na tabela a seguir.

**Tabela 1.** Ocorrências para os termos “syllabario” e “syllabarios” em pesquisa realizada entre maio e julho de 2024 na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional

| Períodos     | Ocorrências  |
|--------------|--------------|
| 1800-1809    | 0            |
| 1810-1819    | 3            |
| 1820-1829    | 3            |
| 1830-1839    | 8            |
| 1840-1849    | 10           |
| 1850-1859    | 116          |
| 1860-1869    | 176          |
| 1870-1879    | 425          |
| 1880-1889    | 247          |
| 1890-1899    | 463          |
| <b>Total</b> | <b>1.451</b> |

**Fonte:** elaborada pelo autor.

Feita uma leitura atenta de todas essas ocorrências, elas foram organizadas neste artigo em duas seções principais subsequentes a esta introdução. Na primeira seção, buscamos identificar não somente os títulos dos silabários divulgados pela imprensa brasileira, mas também as definições e representações acerca desse livro. Isso posto, a partir do levantamento dos silabários, foi realizada uma pesquisa presencial no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em agosto de 2024, em busca de alguns desses títulos inventariados, na qual foram identificados os seguintes impressos: *Syllabario ou primeiro livro de leitura*, de Manuel Ribeiro de Almeida (1875) e *Primeiro livro de leitura: Syllabario*, de João Braz da Silveira Caldeira (1877). Anteriormente, por meio de contato com a Fundação Casa de Rui Barbosa, localizada no Rio de Janeiro, obtivemos a versão digitalizada da obra *Syllabario nacional ou novo metodo para aprender a ler*, de Antonio de Araujo Ferreira Jacobina (1883). Essas três obras embasaram nossas análises no segundo tópico deste artigo, de modo que, a partir do conteúdo e materialidade delas, analisamos os ideários que circularam sobre o ensino de leitura.

## Silabários do século XIX: um breve mapeamento

O contato com essas fontes permitiu notar, como Frade (2010a, p. 276) explica, que um silabário pode ser “(i) um tipo de livro; (ii) uma tabela ou um conjunto de tabelas com séries silábicas variadas, apresentadas no interior das páginas de um livro; (iii) um método para alfabetizar”. Na imprensa periódica oitocentista, confirmamos o que a autora já esclareceu em seu trabalho: essa terminologia muitas vezes foi utilizada de forma genérica para referir-se a qualquer livro para o ensino da leitura, de maneira que não necessariamente ela esteja associada ao título da obra.

Com relação a essas primeiras definições dos silabários, foi possível constatar nas fontes que essa nomenclatura se tornou usual nos títulos dos livros voltados ao ensino da leitura no século XIX. Neste trabalho, concentramo-nos em realizar o inventário e analisar esses tipos de impressos. Em contrapartida, não foram inseridos na análise os livros divulgados sob outros títulos, mas que incluíam uma seção intitulada “Silabário”, como é o caso da obra de Camillo Trinocq (1851), popularmente propagandeada como *Primeiro livro de leitura*.

Esse livro provavelmente teve a sua primeira edição em 1851 pela Livraria dos irmãos Garnier com um título mais abrangente: *Curso d'estudos elementares – Collecção de tratadinhos separados, contendo as mais uteis noções acerca dos principaes ramos de conhecimentos humanos. Primeiro livro de leitura*. No catálogo da Livraria de Baptiste Louis Garnier, de 1865, o referido impresso é descrito como dividido em partes, sendo que, em cada uma delas, há subseções que conduzem o estudante a um conhecimento sem cansaço (Livraria de B. L. Garnier, 1865, p. 10). A obra, destinada aos pais ou professores, tem a primeira parte intitulada de silabário. Nas advertências iniciais do livro, o autor elucida que, nessa parte, ensinam-se as vogais, depois as sílabas com consoantes, aumentando gradativamente as dificuldades das combinações silábicas. Segundo Trinocq (1851), o aprendiz passa das sílabas às palavras; das palavras às frases e dessas à “leitura corrida”. Adverte que apresenta “primeiro, as palavras divididas em syllabas com risquinhos; depois, na lição última, sem signal algum divisorio” (Trinocq, 1851, p. X). Essa forma visual das lições de leitura dispostas com hifens, inicialmente separando sílabas, depois sendo retirados nas últimas lições para conduzir a uma leitura corrente, “não é típica de um método de alfabetização, mas relacionada a ‘etapas’ de progressão no desenvolvimento da leitura” (Frade, 2012, p. 183). Tal organização das lições, conforme atestam as investigações de Frade (2010a, 2010b, 2012, 2016) e Vojniak (2014), esteve presente nos impressos do período, sendo “um guia para se relacionar texto oral e escrito” (Frade, 2016, p. 433). Nesse modelo, as palavras separadas em sílabas favoreciam o reconhecimento visual dos alunos na leitura das partes que compunham as palavras a serem lidas.

A menção à obra de Trinocq (1851) corrobora a argumentação de que o termo “silabário”, na composição de um livro, passou a ser utilizado não apenas para intitular quadros ou tabelas contendo sílabas, mas também para especificar um modo de organização didática de materiais destinados ao ensino da leitura.

Em seu estudo, Frade (2010a), citando os prefácios de duas obras intituladas de “Primeiros livros de leitura”, uma de autoria de Abilio Cesar Borges e outra de Felisberto de Carvalho, assevera que os silabários aparecem “ora como um tipo de ensino a ser superado, em função da ausência de sentido (Abilio); ora como material a ser criticado; ora como material a ser utilizado antes de os iniciantes fazerem uso dos primeiros livros de leitura (Felisberto de Carvalho)” (Frade, 2010a, p. 276). Esse discurso de Borges, o Barão de Macaúbas, surge publicado em passagens na imprensa, como, por exemplo, em 1856, quando ele estava como Diretor Geral de Estudos na Província da Bahia, em que associava o “método antigo” ao uso do silabário, considerando-o um livro “tedioso, excusado e inexactissimo” (Borges, 1856, p. 2). Em contrapartida, ele defendia o método do português António Feliciano de Castilho, que, para

Borges, era mais moderno. O Barão de Macaúbas foi um dos propagadores do método Castilho no Brasil, cuja base era fonética. O próprio Castilho, tanto no prefácio de sua obra, quanto em textos publicados em Portugal e em falas divulgadas na imprensa brasileira por ocasião de sua vinda ao país em 1855, criticou o uso dos silabários. Opondo-se ao método de soletração e silabação, Castilho explicitou que promoveu uma ruptura com a tradição de ensino de leitura herdada dos tradicionais silabários (Albuquerque, 2023).

Essa visão de que os silabários são impressos arcaicos e associados aos métodos de soletração estão em várias passagens dos jornais investigados na Hemeroteca Digital Brasileira. Esses livros aparecem em cenas de romances de folhetins com teor pejorativo e relacionados a práticas punitivas assumidas pelo professor. Todavia, também são propagandeados não como sinônimos de atraso ou de crítica, intitulando livros ou parte deles com propostas metodológicas que visavam superar os métodos considerados, à época, mais enfadonhos ou genericamente chamados de “métodos correntes” (Vojniak, 2014). A obra *Methodo de Leitura*, de Renato da Cunha, publicada no final do século XIX, por exemplo, contém uma parte intitulada de silabário e, como consta em notas do jornal, “o autor procurou afastar-se dos methodos já seguidos, esforçando-se por tornar **facil e suave** ‘aquelle que era considerado tão agro e tão complicado em primeiras letras’” (Imprensa Evangelica, 1892, p. 23, grifos nossos). Esse discurso, conforme veremos com mais detalhes na próxima seção, também foi difundido nas obras analisadas, juntamente com a ideia de que livros ou parte deles, igualmente nomeados de silabários, estavam em sintonia com o desenvolvimento de uma aprendizagem de maneira rápida e agradável.

No acesso às fontes, acrescentaríamos que o vocábulo “silabário” também foi utilizado para se referir a uma etapa do processo de ensino e aprendizagem da leitura, bem como para descrever o grau de instrução do estudante no ato de matrícula na escola de primeiras letras ou no decurso de sua escolarização. Não foi raro encontrarmos referências a propagandas de colégios ou relatórios publicados sobre suas práticas que mencionavam, entre os conteúdos, o silabário, especialmente para as turmas de iniciação à leitura. À guisa de exemplificação, o *Correio da Victoria*, da Província do Espírito Santo, na seção de expediente da Secretaria de Governo, publicou que as escolas primárias seriam divididas em três classes, sendo que a “1<sup>a</sup> sala conterá alumnos que começo o a b c até o fim do syllabario” (Correio da Victoria, 1849, p. 2). Dentro das salas, as filas de bancos seriam organizadas conforme o nível de aprendizagem dos alunos.

Em pesquisa anterior sobre a história da alfabetização em Goiás no século XIX (Rocha, 2019), notamos que era comum os professores goianos de primeiras letras solicitarem “silabários ou cartas de sílabas” aos Presidentes de Província, o que nos leva a compreender que os silabários foram descritos muitas vezes como “cartas de sílabas”<sup>2</sup>, sendo caracterizados como materiais avulsos que reuniam diversas sílabas a serem ensinadas, diferentemente do conteúdo de outros impressos como as cartas de ABC e as cartas de nomes. Ainda nessa investigação, constatou-se ser usual a solicitação de “cartas de ABC com silabários”, o que corrobora a descrição da composição clássica das cartas de ABC, que continham “abecedário maiúsculo e minúsculo; os silabários compostos por segmentos de uma, duas ou de três letras, e por fim, as palavras soltas cujos segmentos silábicos apareciam separados por hífen” (Corrêa; Silva, 2008, p.2).

Com relação à autoria dos silabários, é importante destacar que esses impressos circularam inicialmente, assim como os abecedários, catecismos e as cartas de ABC, sem referência ao autor (Frade, 2010a; Stephanou, Souza, 2016). Em nossa pesquisa na imprensa, observamos menções genéricas sobre a venda de silabários em livrarias, sem indicação de autoria. Da mesma forma, em listas de expediente escolar, nas quais

<sup>2</sup> Vale aludir que Frade (2010a, p. 276) também chama atenção para que o silabário “pode designar folhas soltas – possivelmente cartonadas – chamadas ‘cartas de sílabas’”.

professores e autoridades solicitaram ou enviam livros para as escolas de primeiras letras no período oitocentista, é comum que os silabários fossem mencionados sem a identificação do autor, enquanto outros livros destinados ao ensino da leitura já recebiam essa especificação (Marcilio, 2016; Rocha, 2019).

Apresentados sob diferentes formas, localizamos 34 silabários com autoria identificada, os quais registramos no quadro a seguir. Vale esclarecer que a grafia dos nomes das obras e de seus autores foi mantida conforme encontrada nas fontes históricas.

**Quadro 1.** Silabários publicados no século XIX

| Título  | Autor/a  | Ano  |
|---|--|------|
| Abilio Cesar Borges/ Joaquim Abilio Borges <sup>3</sup>     | <i>Livro do povo ou syllabario brasileiro</i>  | 1895 |
| Alfredo Lino Maciel Azamor                                  | <i>Syllabario Azamor</i>   | 1893 |
| Antonio Cesar Ferreira Maciel                               | <i>Syllabario pelo methodo mixto</i>   | 1892 |
| Antonio de Araujo Ferreira Jacobina                         | <i>Syllabario nacional ou novo methodo para aprender a ler</i>   | 1883 |
| Antonio Maria Barker <sup>4</sup>                           | <i>Syllabario ou arte completa de ensinar a ler por methodo novo e fácil, 1<sup>a</sup> parte, em que se trata das syllabas mais necessárias [...]</i>                                     | 1834 |
| Antonio Maria Barker  | <i>Syllabario, 2<sup>a</sup> parte, em que se trata das lições de palavras, expostas em duas columnas: na 1<sup>a</sup> com as syllabas divididas, na 2<sup>a</sup> sem divisão alguma</i> | 1834 |
| Arthur Trajano Ubatuba                                      | <i>Syllabario<sup>5</sup></i>  | 1879 |
| Augusto Emílio Zaluar                                       | <i>Introdução ao Livro da infancia (Syllabario)</i>  | 1883 |
| Candido José Mendes Pereira                                 | <i>Syllabario e principios de leitura</i>  | 1880 |
| Candido Matheus de Faria Pardal e Vasconcellos <sup>6</sup> | <i>Novo syllabario</i>   | 1876 |
| Carlos Augusto Soares Brazil                                | <i>Syllabario<sup>7</sup></i>  | 1878 |

<sup>3</sup> As fontes históricas consultadas para este trabalho atribuem a autoria do *Livro do povo ou syllabario brasileiro* ora a Abilio Cesar Borges, o Barão de Macaúbas, ora a Joaquim Abilio Borges, ora a ambos. Até o momento, não conseguimos ter acesso à materialidade dessa obra; entretanto muitos anúncios na imprensa destacam que sua autoria seja exclusivamente de Joaquim Borges. Optamos, nesse sentido, por referenciar a autoria a filho e pai com o uso da barra, e não com o conectivo “e”, para destacar a imprecisão que temos sobre quem, de fato, foi o autor do silabário em questão.

<sup>4</sup> Os dois silabários de Antonio Maria Barker aparecem no catálogo da livraria de Baptiste Louis Garnier, número 20, de 1860, com o título *Alphabecto ou syllabario portuguez. Primeira parte, em que se trata das syllabas mais necessárias e Alphabecto ou syllabario portuguez; Segunda parte, em que trata das lições de palavras expostas em duas columnas na primeira com syllabas divididas, e na segunda sem divisão alguma* (Livraria de B. L. Garnier, 1860, p. 3). Já em outro catálogo da livraria, o de número 23, de 1865, o livro de Barker aparece com o título *Syllabario portuguez, ou arte completa de ensinar a ler por methodo novo e fácil, 2 partes (cada parte vende-se em separado)* (Livraria de B. L. Garnier, 1865, p. 5).

<sup>5</sup> Até o momento, não foi possível identificar o título completo do silabário publicado pelo professor Arthur Trajano Ubatuba. No Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública, enviado pelo diretor Frederico Bier ao presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1879, há uma menção a que o livro de Ubatuba não foi apresentado conforme a Lei n. 1158, de 23 de maio de 1878 (Bier, 1879, p. 17).

<sup>6</sup> A autoria do livro *Novo syllabario* é atribuída aos professores Pardal e Vasconcellos. A partir do entrecruzamento de fontes foi possível constatar que Pardal se trata do professor Candido Matheus de Faria Pardal, porém não conseguimos averiguar com certeza o nome completo do segundo professor mencionado, o Vasconcellos. Em nota publicada na imprensa consta que o dito silabário foi publicado em “conformidade com o programma de estudos das escolas municipaes da côte” (Gazeta de Notícias, 1876, p. 1).

<sup>7</sup> Em anúncio no *Jornal do Commercio*, de 1878, constava que o professor Carlos Brazil tinha um silabário publicado há mais de 10 anos, cujo título completo não era especificado, entretanto informava que já estava na 4<sup>a</sup> edição (Jornal do Commercio, 1878, p. 4).

| Título  | Autor/a  | Ano  |
|---|--|------|
| Delphina Rosa da Silva Vasconcellos <sup>8</sup>                                  | <i>Syllabario Vasconcellino</i>  | 1872 |
| Eduardo de Sá Pereira de Castro   | <i>Syllabario</i> <sup>9</sup>   | 1858 |
| Emilia Augusta de Azevedo Braga   | <i>Syllabario fluminense</i>   | 1886 |
| Estevão dos Santos Fisciotti  | <i>Syllabario</i> <sup>10</sup>  | 1887 |
| Francisco de Paula Mascarenhas Junior   | <i>Syllabario Mascarenhas ou jogo das syllabas</i>   | 1874 |
| Francisco de Paula Soares e Frederico Adão Carlos Koeffer (Hoeffer) <sup>11</sup> | <i>Syllabario brasileiro para aprender facilmente a ler</i>  | 1858 |
| Hilário Ribeiro   | <i>Primeiro livro de leitura (Syllabario)</i>  | 1878 |
| J. R. Galvão  | <i>Syllabario portuguez, ou novo methodo para aprender a ler em breve tempo a lingua portuguesa, illustrado com numerosas estampas</i> | 1879 |
| Januário dos Santos Sabino e Estevam da Costa Cunha                               | <i>Primeiro livro de leitura (syllabario) por um novo sistema, se aprende rapidamente a ler, tanto letra de mão como de imprensa</i>   | 1882 |
| João Braz da Silveira Caldeira  | <i>Primeiro livro de leitura: syllabario</i>   | 1877 |
| João da Matta Araújo  | <i>Syllabario</i> <sup>12</sup>  | 1877 |
| João José Pereira de Azurara  | <i>Novo syllabario ou arte de aprender a ler em pouco tempo para uso dos aprendizes artífices do arsenal de guerra da corte</i>        | 1879 |
| João Maria Duarte   | <i>Syllabario</i> <sup>13</sup>  | 1895 |
| Joaquim Maria de Lacerda  | <i>Novo syllabario portuguez ou methodo facil para aprender a ler o portuguez, composto para uso das escolas brasileiras</i>           | 1879 |

<sup>8</sup> A única menção que encontramos ao *Syllabario Vasconcellino* foi em uma nota com um comentário da professora Delphina Rosa da Silva Vasconcellos sobre sua opinião a respeito da instrução primária na Corte, em 1872, publicado no anexo do Relatório apresentado à Assembleia Geral (Oliveira, 1872). A professora destaca que viu vantagens no uso do referido silabário. Teria sido ela a autora do material? Há que se destacar a semelhança entre o sobrenome de Delphina Vasconcellos e o título do impresso, o que nos leva, hipoteticamente, a atribuir-lhe a autoria. Mesmo cientes dos riscos que corremos de cometer falhas, optamos por registrá-la, por se tratar de uma mulher, a fim de evidenciar a possível presença de uma escritora entre o grupo predominantemente masculino.

<sup>9</sup> Por meio do Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, conseguimos informação de que Eduardo de Sá Pereira de Castro produziu um silabário, já que em 1858 esse órgão explicava que o conselho diretor havia aprovado a admissão, nas escolas, dos “quadros lithographados ou estampilhados do syllabario composto” por Castro (Relatorio da Inspectoria Geral..., 1858, p. 7). Na obra de Blake (1893) consta que, entre as obras escritas por Castro, está a intitulada *Systema de leitura*, publicada em 1861, adotada oficialmente pela instrução pública na Província do Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> Identificamos apenas uma menção a esse silabário publicado por Estevão dos Santos Fisciotti. Sem especificar o título completo, a nota do jornal explica que o livro é dividido em 16 lições (Jornal do Commercio, 26 de fevereiro de 1887, p. 2).

<sup>11</sup> Identificamos na obra de Blake (1895) o sobrenome desse autor grafado como “Koeffer”. Tambara (2003) insere em seu inventário duas entradas do autor, a primeira com o sobrenome “Hoeffer” e a segunda como “Koeffer”, mas se trata da mesma pessoa. A partir do levantamento realizado na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, observamos que na imprensa carioca o livro era divulgado como sendo de autoria de “Carlos Hoefer”.

<sup>12</sup> No relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Carlos Leônio de Carvalho, a seção em que constavam os professores públicos que tinham trabalhos didáticos especificava o nome de João da Matta Araújo com um silabário publicado (Carvalho, 1878, p. 35).

<sup>13</sup> Não conseguimos, até esse momento, identificar o título exato desse silabário escrito pelo professor particular João Maria Duarte, em Santa Catarina. No jornal *Republica*, de Florianópolis, em 26 de junho de 1895, há uma nota da Secretaria de Instrução Pública que aprovava o silabário de Duarte para as escolas e autorizava a compra de 2.500 exemplares (Republica, 1895, p. 1).

| Título                                    | Autor/a  | Ano  |
|---|--|------|
| José de Souza Pereira da Cruz Júnior      | <i>Novo syllabario portuguez ou segunda collecção de cartas para os meninos e meninas aprenderem a ler</i>   | 1857 |
| José Maria Velho da Silva                 | <i>Syllabario ou compendio de leitura elementar para servir de introducção ao primeiro livro da infancia ou exercício de leitura e lições de morais por Nuno Álvares</i> | 1876 |
| Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano    | <i>Syllabario para ensinar a ler a língua portugueza</i>   | 1848 |
| Manoel Francisco Dias da Silva Junior     | <i>Syllabario illustrado</i>   | 1879 |
| Manuel Ribeiro de Almeida                 | <i>Syllabario ou primeiro livro de leitura</i>   | 1875 |
| Marciano Ignacio de Oliveira              | <i>Primeiro syllabario pelo methodo synthetico para aprender o portuguez, destinado ás creanças brasileiras de origem allemã</i>   | 1877 |
| Miguel Maria Jardim                       | <i>Syllabario escolar</i>  | 1878 |
| Octaviano de Rezende Vianna               | <i>Syllabario prosadico</i>  | 1884 |
| Thomazia de Siqueira Queiroz Vasconcellos | <i>Novo syllabario para uso das escolas primarias</i>  | 1883 |

**Fontes:** elaborado pelo autor a partir de consulta na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Inicialmente, ao organizar o quadro, a terceira coluna estava intitulada como “Ano da 1<sup>a</sup> edição” de cada um dos silabários, tomando como referência os volumes do *Diccionario Bibliographico Brazileiro*, de Blake (1883, 1893, 1895, 1898, 1899, 1900, 1902). Entretanto, ao contrapor as datas mencionadas pelo autor com alguns exemplares que encontramos e com alguns referenciais teóricos, foi possível verificar inconsistências. Por isso, optamos por inserir, nessa terceira coluna, a data mais antiga de menção aos livros nas fontes inventariadas na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, o que não corresponde necessariamente ao ano da 1<sup>a</sup> edição ou de edições posteriores. Não inserimos, nesse levantamento, os silabários bilíngues produzidos para as escolas de imigrantes no Brasil, impressos que, geralmente, eram publicados em português e numa segunda língua.

Com relação ao quadro, algumas questões chamam atenção. Apenas três impressos foram mencionados até 1850; os demais são de 1857 em diante, com maior concentração na década de 70 do século XIX, o que também está em sintonia com o contexto da história das edições didáticas brasileiras, no qual houve um aumento exponencial da produção nacional a partir dos anos de 1860-70 (Mortatti, 2000; Vojniak, 2014). Havia, sim, a presença de silabários portugueses que circularam pelo país, mas aqueles escritos por autores brasileiros ou aqui naturalizados são em maior quantidade. Outro ponto diz respeito à presença massiva de homens escritores. São 37 autores, dos quais destacam-se três mulheres: Delphina Rosa da Silva Vasconcellos, Emilia Augusta de Azevedo Braga e Thomazia de Siqueira Queiroz Vasconcellos, com a ressalva de que a obra designada à primeira escritora foi atribuída a ela sem que haja documento que o confirme.

Sobre a presença de mulheres enquanto autoras de impressos escolares no século XIX, Valdez, Panizzolo, Dias e Rocha (2025) apontam que essa presença foi tímida, mas existiu, o que não desmerece o trabalho daquelas que se destacaram de forma pioneira (ou não) nesse campo. Os autores alertam que, “embora a instrução, em especial a primária, que na época se encarregava do ensino da leitura e da escrita, fosse exercida por mestras, por professoras, ou seja, por mulheres, quem produzia, de forma majoritária, os materiais de ensino, eram os homens” (Valdez; Panizzolo; Dias; Rocha, 2025, p. 17). A respeito das histórias dessas mulheres e de outras atuantes nos cenários em que era pouco comum a presença feminina, ainda há muito que se dizer e pesquisar, apesar de existir um movimento crescente na tentativa de

biografá-las. Longe de reproduzir visões hegemônicas, que buscam nessas mulheres padrões de excepcionalidade, produzindo uma história que traz reducionismo e estereótipos (Vergara, 1999; Louro, 2015), nossa defesa é de que nomes como o de Delphina, Emilia e Thomazia venham à tona, incitando uma história plural e de interseccionalidades, pois, afinal, “precisamos da escrita que desvela diferentes mulheres, sejam negras, brancas, quilombolas, indígenas e outras, pobres ou de elite, brasileiras e estrangeiras, fora dos padrões heteronormativos, dos espaços públicos e privados etc.” (Dias; Rocha, 2024, 16-17).

Outro aspecto relevante no quadro 1 diz respeito aos nomes atribuídos aos silabários, em que há ressonância de alguns elementos que nos saltam aos olhos. O adjetivo “novo” é presente nos títulos, na busca de circunscrever um sentido de autenticidade e novidade desses impressos, que intentavam se afirmar como silabários alinhados aos métodos considerados mais modernos. A referência ao local também é presente, trazendo termos como “nacional”, “brasileiro/as”, “portuguez/a” e “fluminense”, denotando o espírito nacionalista e regionalista que se projetava, típico do período histórico. Três dos silabários inventariados trazem em seus títulos o sobrenome dos autores: *Syllabario Azamor*, *Syllabario Vasconcellino* e *Syllabario Mascarenhas ou jogo das syllabas*. De nomes próprios à condição de adjetivos, os sobrenomes de seus autores nos títulos também não eram incomuns naquele momento, não somente para demarcar o reconhecimento do feito do autor, mas, sobretudo, para especificar a autoria, legitimando seu próprio método com originalidade e afastando-se das polêmicas que se instauraram em torno das questões de plágio dos livros para o ensino de leitura e escrita, frequentes em Portugal e no Brasil oitocentistas (Maciel; Rocha, 2022).

A referência ao silabário como um “primeiro livro de leitura” é algo a enfatizar, já que essa expressão esteve presente nos títulos de quatro obras, três delas dos anos de 1870 e uma de 1882. Maciel e Frade (2004, p. 49) explicam que as designações dos livros para iniciação à leitura “variam conforme a pedagogia, o país e a época, sendo comum, no final do século XIX e início do século XX, o termo Primeiro Livro de Leitura”.

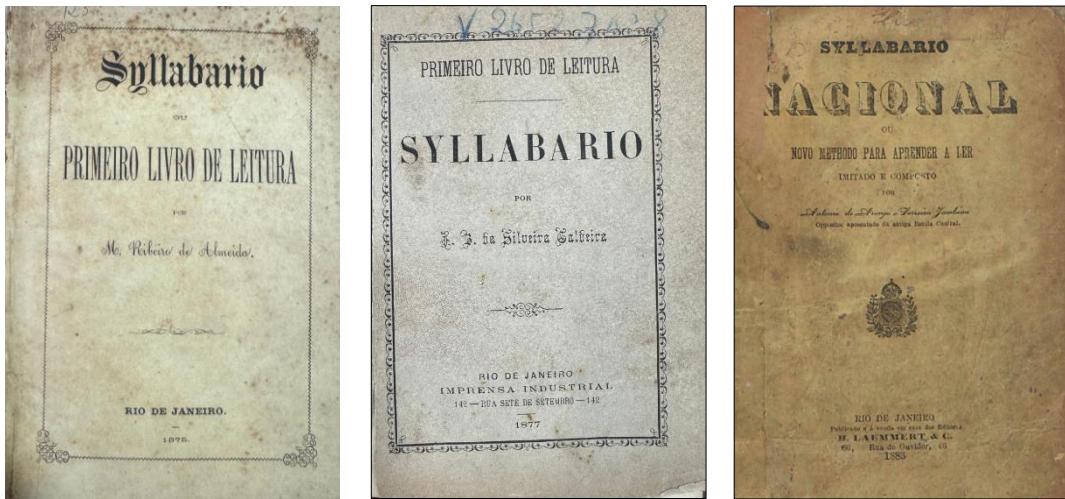
Tudo nos leva a crer, a partir dos estudos realizados, que a terminologia “primeiro livro de leitura”, embora já circulasse na primeira metade do século XIX, se popularizou no Brasil com a implementação do ensino graduado e das séries graduadas de leitura, compostas, geralmente, por três a cinco livros de leitura. Em algumas séries havia a cartilha e o primeiro livro de leitura; já em outras, o primeiro livro de leitura era o destinado ao ensino das primeiras letras. Não podemos descartar que a expressão “primeiro livro de leitura” também nomeou uma seção dentro das obras destinadas a esse ensino. Exemplo notável é o impresso *Novo expositor portuguez ou metodo facil para aprender a ler o portuguez tanto a letra impressa como a manuscripta composto para uso das escolas brasileiras*, do escritor oitocentista Joaquim Maria de Lacerda, que foi subdividido em três partes: silabário, primeiro livro de leitura e pequenos tratados (Rocha; Dias, 2023).

Voltando aos elementos do quadro 1, como última consideração, nota-se que os títulos dos livros também propagandeavam as promessas de um ensino de leitura para “aprender facilmente”, “rapidamente”, “em breve tempo”, com “pouco tempo para uso” do silabário, contendo um “methodo facil para aprender a ler”. Essas concepções, amplamente difundidas no século XIX, marcaram os três silabários identificados até então, que serão analisados no próximo tópico.

### Três silabários e seus autores em interface com a história do ensino de leitura no Brasil

Entre os silabários inventariados, foi possível ter acesso completo a três, dos quais trataremos doravante: o *Syllabario ou primeiro livro de leitura*, de Manuel Ribeiro de Almeida (1875), o *Primeiro livro de leitura: Syllabario*, de João Braz da Silveira Caldeira (1877) e o *Syllabario nacional ou novo metodo para aprender a ler*, de Antonio de Araujo Ferreira Jacobina (1883).

**Figura 1.** Capas dos silabários de Manuel Ribeiro de Almeida (1875), João Braz da Silveira Caldeira (1877) e Antonio de Araujo Ferreira Jacobina (1883), respectivamente.



**Fonte:** Biblioteca Nacional (Silabários de Almeida e de Caldeira) e Fundação Casa de Rui Barbosa/ Serviço de Biblioteca (Silabário de Jacobina).

As capas dos livros, como outras que circularam no período, seguem um padrão de disposição gráfica típico dos impressos oitocentistas: na parte superior está o nome da obra, a seguir, centralizado, o nome do autor, logo abaixo um filete ou brasão dividindo os dados anteriores dos que se situam no final da página, trazendo o local e ano da impressão. Essas informações revelam que os três livros foram impressos no Rio de Janeiro em tipografias distintas, entretanto com muitas semelhanças editoriais.

No *Syllabario ou primeiro livro de leitura* e no *Primeiro livro de leitura: Syllabario*, a palavra em evidência é “silabário”, enquanto no *Syllabario nacional ou novo método para aprender a ler*, é a palavra “nacional” que está realçada com letras vazadas. No caso do silabário de Jacobina, o destaque ao termo “nacional” pode explicitar o ideário da nacionalização na produção didática que circulava naquela época, tornando patente que os escritores trouxessem para suas obras um ufanismo pela pátria em busca da identidade do ser brasileiro, da modernização e da civilidade. Entretanto, há que se destacar que essa nacionalização da produção e a busca por uma identidade nacional não se manifestaram em uma obra totalmente autoral e eminentemente brasileira, já que muitos autores oitocentistas, incluindo o próprio Jacobina, se basearam em livros estrangeiros (Rocha; Maciel, 2022). Ademais, muitas obras, embora tivessem originalidade no conteúdo, foram impressas no exterior, aproximando-se dos recursos gráficos e tipográficos da produção em contextos transnacionais (Frade, 2010b).

Tomando como referência pesquisas sobre as biografias dos autores desses silabários (Monarcha, 2023; Oliveira, Valdemarin, 2023; Rocha, Maciel, 2022; Rocha, Miyoshi, 2023), sabemos que foram homens advindos de famílias abastadas e tiveram formação no Brasil e no exterior. Atuaram como docentes e em outras profissões em diversos setores, incluindo a própria esfera pública. Almejavam publicar uma obra com a intenção de difundir um método de ensino da leitura capaz de superar os problemas educacionais do período. Além disso, escreveram livros em outras áreas do conhecimento, abriram escolas ou cursos destinados à propagação dos seus métodos, fazendo conferências para difundi-los. Jacobina é pernambucano, Caldeira é paulista e Almeida, carioca; os três tiveram uma vida pública e profissional nas Províncias de São Paulo e/ou do Rio de Janeiro. Embora tenham vivido na mesma época, não conseguimos identificar, até então, aspectos que mostrem terem tido relações estreitas, contudo é possível conjecturar que circulavam em alguns espaços semelhantes e

tiveram “redes de sociabilidade” (Sarinelli, 2003) em comum, uma vez que frequentaram a Corte. Caldeira e Almeida foram condecorados na Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, em 1883, ano em que Jacobina publicou o seu silabário. Esse, por sua vez, recebeu ao longo da vida diversas honrarias, conseguindo transitar, sem polarizações, entre o Império e a República.

Suas vidas têm singularidades, mas também demonstram uma das faces da história das produções didáticas no Brasil: os impressos que vieram a lume no contexto oitocentista, muitos deles foram escritos por agentes públicos que frequentaram ambientes da elite brasileira e mantiveram relações pessoais e políticas que os projetaram e possibilitaram a publicação de obras com a chancela do governo, destinadas ao ensino, o que viabilizou a sua circulação pelas escolas.

Adentrando o conteúdo dos silabários, constata-se que todos possuem uma primeira parte com um prefácio escrito pelos autores, cujas páginas recebem numeração romana. Logo após, vem o método propriamente dito, com páginas numeradas em números cardinais. No caso dos silabários de Almeida (1875) e Caldeira (1877), os números das páginas entre essas partes não são contínuos, enquanto na obra de Jacobina (1883) a numeração já é contínua, como demonstrado no quadro 2:

**Quadro 2.** Organização interna dos silabários de Almeida (1875), Caldeira (1877) e Jacobina (1883)

| Silabário  | Quantidade total de páginas | Organização interna da obra   |
|--|-----------------------------|---|
| <i>Syllabario ou primeiro livro de leitura</i> (Almeida, 1875)                 | 64 páginas                  | p. III-XII: “Introdução” (Explicação do método).<br>p. 1-42: Lições e exercícios.<br>p. 43-52: “Observações sobre o valor das vogais e de algumas consoantes”.  |
| <i>Primeiro livro de leitura: Syllabario</i> (Caldeira, 1877)                  | 58 páginas                  | p. V-XXI: “Introdução” (Explicação do método).<br>p. 1-37: “Abecedario”.  |
| <i>Syllabario nacional ou novo metodo para aprender a ler</i> (Jacobina, 1883) | 80 páginas                  | p. V: Carta de Jacobina para Ruy Barbosa.<br>p. VII-VIII: Carta-resposta de Ruy Barbosa para Jacobina.<br>p. IX-X: “Ao leitor” (Apresentação do livro dirigida aos leitores).<br>p. XI-XII: “Explicação” (Breves explicações sobre como aplicar o método).<br>p. 13-57: Silabário dividido em partes.<br>p. 58-80: “Leitura corrente” (Textos narrativos e informativos). |

**Fonte:** elaborada pelo autor.

O modo de organização da paginação dos silabários, com números romanos e cardinais, não seguiu uma tendência do período, tampouco do tipo de impresso. Ao analisar outros livros brasileiros do oitocentos, que estão sob a guarda na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, acreditamos que tal questão foi muito mais decorrente das decisões dos tipógrafos do que propriamente advinda de uma organização prevista para ser aplicada em obras escolares. Todavia, não podemos negar que esse padrão de paginação foi usual em manuais didáticos do século XIX.

Em todos os impressos houve a inclusão de notas introdutórias que explicitavam os princípios do método elaborado pelos seus autores, denotando que os livros intitulados de “silabários” também continham, além da sequência de lições, um princípio metodológico. Assim como as cartas de ABC e os abecedários, foi comum que, historicamente, os silabários

fossem caracterizados como folhetos grampeados, que incluíam apenas tabelas ou cartas de sílabas. Os livros de Almeida (1875), Caldeira (1877) e Jacobina (1883) são em código e contêm orientações didáticas para que o professor os utilize.

Nos termos discutidos na seção anterior, comprehende-se que os silabários eram sinônimos de livros arcaicos e tradicionais, sendo associados ao método de soletração. Porém, é justamente a essa visão que se opõem os escritores dos três livros aqui analisados.

Almeida (1875) apresentou uma crítica aos silabários que circulavam pelas escolas, pois se ensinavam todas as letras juntas, na sequência as diversas sílabas em série, gerando dificuldades aos estudantes. Acrescentou que “tudo isto, vindo assim de mistura, sem plano, sem methodo, é o chão” (Almeida, 1875, p. V). Alegou que, em respeito à inteligência da criança, propôs uma metodologia que trabalhava as letras em uma ordem racional, graduada e metódica. A cada lição, era aprendido um conjunto pequeno de letras e sílabas, retomando sempre as anteriores. Em suas palavras,

A primeira lição abrange apenas tres vogaes e uma consoante. A attenção do menino se concentra no conhecimento de poucas letras, e na immediata combinação dellas, formando syllabas e palavras, de sorte que, desde logo, elle comprehende a utilidade do ensino, sabe como se lê, e este resultado o anima a proseguir no estudo. Duas letras novas e a repetição das já conhecidas são o objecto da segunda lição, e assim por diante. Pouco a pouco novas letras e novas syllabas excitão sua curiosidade, e elle as vae applicando por meio de exercicios em que tem sempre diante dos olhos os mesmos elementos, collocados em posições diferentes, e diversamente combinados, de modo que se habitua a conhecê-los á primeira vista sem os confundir (Almeida, 1875, p. VI).

Expôs, inicialmente, as vogais e seguiu para o ensino das consoantes, por pares, de acordo com a suas proximidades sonoras: p/b, t/d, f/v, m/n etc. Em cada lição, havia palavras e frases do universo vocabular infantil, no intuito de despertar a curiosidade e o interesse da criança pela leitura. Com relação ao método, criticou a “antiga soletração” e a “nova soletração”, defendendo uma proposta que passasse “do conhecimento das letras ao das syllabas sem soletrar, limitando-se a syllabar” (Almeida, 1875, p. IX), embora tenha elucidado que, caso o professor quisesse, poderia aplicar, com o seu livro, o processo de soletração.

Caldeira (1877), na introdução de seu livro, reiterou a crítica aos métodos de leitura difundidos nas escolas. Explicitou a história do alfabeto para mencionar que não havia racionalidade e ciência na ordem alfabética, propondo que ela fosse repensada para que o aluno alcançasse melhores vantagens em seu aprendizado. Diferente de Almeida (1875), trouxe vogais e consoantes mescladas, de modo que a ordenação seguia princípios advindos do próprio funcionamento da língua, sem priorizar que duas letras com sonoridade parecida fossem ensinadas em sequência. De maneira mais esmiuçada, Caldeira (1877) diz que o aluno irá aprender o som de uma letra e o professor irá demonstrar, na palavra, as representações desse som. Acrescenta que

E’ claro que dever-se-á primeiro mostrar vocabulos em que entre um unico som de a, por exemplo: dá, pá, má, fá, cá etc. Continuando mando o alumno citar palavras em que se encontra este som. Finalmente o alumno terá de copiar na pedra os diferentes caracteres que representam o a (Caldeira, 1877, p. XVII).

O silabário de Caldeira (1877), assim, não rompeu totalmente com o método de soletração, mas incorporou a ele algumas novidades, especialmente na associação da escrita com o aprendizado da leitura. O autor também alertava para a necessidade de decompor as letras e demonstrar seus traçados, o que, para ele, já constituía aspectos da aula de caligrafia. Além disso, citou o método do português António Feliciano de Castilho, não o incorporando totalmente, já que, nessa proposta, ele “combina, analisa e dissecava sons da palavra falada, decompondo-a em seus elementos fônicos e recompondo-a na sua totalidade de significado” (Boto, 2012, p. 56).

Caldeira (1877) faz referência a Castilho em pelo menos duas passagens: primeiro, ao citar a prática de “leitura auricular” e, depois, ao destacar as historietas que o escritor usava no ensino de cada letra, com o objetivo de ajudar o aprendiz a memorizar tanto o som quanto sua representação gráfica (Caldeira, 1877, p. XVI-XVII).

A “leitura auricular” era uma proposta em que, conforme Castilho (1853) explicou, o mestre apresentava os sons isolados de uma palavra e os alunos, ouvindo-os, descobriam qual palavra tinha sido ditada pelo professor. Na sequência, repetia-se o processo, só que de maneira inversa, como no exemplo:

MESTRE = Q, á; z, u?  
 DISCIPULOS = Cá; zu: Caso.  
 OS MESMOS DISCIPULOS = Q, á; z, u?  
 MESTRE = Cá; zu: Caso (Castilho, 1853, p. 25).

Em sequência a essa prática, Castilho (1853) trouxe a “leitura ocular”, realizada por meio da decodificação de registros escritos. Na obra de Caldeira (1877), ela é intitulada de “leitura visual”, fazendo a seguinte recomendação: “O mestre deverá aumentar e variar os exercícios, tendo sempre o cuidado de não limitar o aluno à leitura visual; é de absoluta necessidade obrigar-o à leitura auricular [...]” (Caldeira, 1877, p. XVI).

Já no silabário de Jacobina (1883), na parte inicial, foi feita uma crítica à ineficiência dos métodos de ensino que estavam nas classes de instrução primária e, ademais, trouxe o ensino intuitivo como um elemento que compunha os princípios da escola moderna, já que, ao se desenvolver a inteligência do estudante por meio da observação e do pensar, o trabalho do professor seria facilitado.

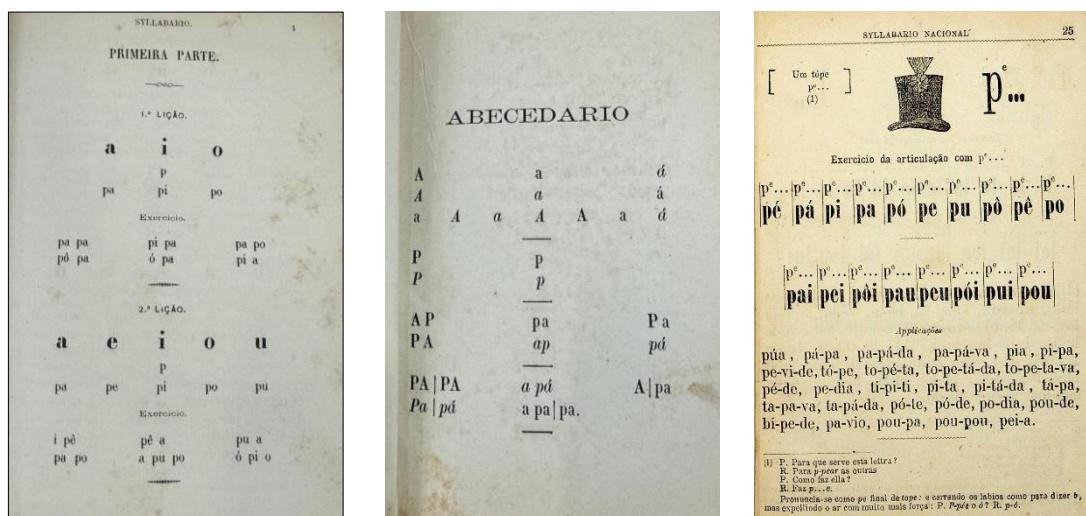
Com relação ao modo de aplicar o método, o autor faz uma explicação bem sintética, porém, ao longo das páginas do livro, Jacobina (1883) lança mão de notas de rodapé com recomendações dirigidas aos mestres. Basicamente, a proposta corresponde a uma sequência de perguntas que o professor faz, levando o “aluno a compreender a ação da consoante sobre as vogais, que é a maior dificuldade para a leitura” (Jacobina, 1883, p. XI). O estudante vai aprendendo a “vozejar” as letras, uma prática que, atualmente, se assemelha à vocalização de fonemas isolados, o que Jacobina (1883) intitulou de “exercícios de articulação”. Em seguida, o autor recomenda a prática das “aplicações”, composta pela leitura de palavras, inicialmente de maneira silabada (uma leitura mais lenta, demarcando cada sílaba) e, posteriormente, uma leitura mais rápida. Sobre a organização da obra,

O *Syllabario Nacional*, diferente de outras produções nacionais e internacionais para o ensino da leitura, não foi organizado em lições, mas é possível identificá-las, já que os procedimentos utilizados pelo autor para introduzir cada letra são os mesmos. Sobre a introdução das letras, é importante destacar que Jacobina orienta o professor sobre o cuidado de não falar o nome da letra, por exemplo, t = tê; f = éfe. Sugere que, ao apresentar/vozejar/falar as letras, o professor e o aluno devem

suprimir o apoio das vogais ao pronunciá-las oralmente. Ao longo de toda a obra, o professor é orientado a seguir o mesmo ritual: inicia com uma ilustração de acordo com a letra escolhida, depois faz as perguntas e as respostas, diferenciando-se apenas nas letras que são introduzidas, assim como as recomendações de como se deve pronunciá-las, a posição dos dentes, lábios e a respiração para emitir os sons adequados (Rocha; Maciel, 2022, p. 12).

Um aspecto interessante é que, diferente dos outros silabários, Jacobina (1883) utiliza imagens para apresentar uma nova letra. Quanto à disposição gráfica das páginas e à fonte das letras utilizadas, os livros de Almeida (1875) e Caldeira (1877) se aproximam, enquanto o de Jacobina (1883) segue outras formatações.

**Figura 2.** Páginas dos silabários, respectivamente, de Manuel Ribeiro de Almeida (1875), João Braz da Silveira Caldeira (1877) e Antonio de Araujo Ferreira Jacobina (1883).



**Fonte:** Biblioteca Nacional (Silabários de Almeida e de Caldeira) e Fundação Casa de Rui Barbosa/ Serviço de Biblioteca (Silabário de Jacobina).

Pelas páginas ilustradas anteriormente, é possível distinguir as estratégias de divisão silábica nos exercícios propostos. No *Syllabario ou primeiro livro de leitura* (1<sup>a</sup> imagem), a divisão das sílabas é marcada apenas por um espaço, enquanto no *Primeiro livro de leitura: Syllabario* (2<sup>a</sup> imagem) é feita com uma barra, e no *Syllabario nacional ou novo metodo para aprender a ler* (3<sup>a</sup> imagem), com o hífen<sup>14</sup>. À medida que progridem os exercícios de leitura nos três livros, essa divisão vai sendo suprimida. Geralmente, em cada página dos silabários, encontramos mais de um exercício com as letras ensinadas, sendo eles separados pela mesma estratégia gráfica: um traço ou filete, que indica o início e o fim de cada proposta.

Os silabários destacaram a atuação do professor na aplicação do método de leitura, ressaltando o cuidado didático que ele deve ter para alcançar bons resultados, os quais dependem de um processo metodologicamente orientado pela prática da repetição e memorização, sem perder de vista a brincadeira e a diversão. A promessa de um aprendizado

<sup>14</sup> De acordo com o estudo de Rocha e Maciel (2022), pela disposição gráfica das páginas e pela organização da abordagem metodológica das atividades, a obra de Jacobina (1883) contém “possíveis aproximações com as produções do francês Pierre Régimbeau e do português João de Deus, e, [...] também destacamos a influência do inglês Norman Allison Calkins, possivelmente apresentado a Jacobina por Rui Barbosa” (Maciel; Rocha, 2022, p. 14).

da leitura em menor tempo também está presente nos três impressos analisados nessa seção, que afirmam ser capazes de resolver os problemas da instrução primária, além de tornar esse processo de ensino da leitura menos enfadonho.

Ao trazerem essas perspectivas, assumiram um discurso recorrente naquele momento de disputas dentro de um mercado editorial voltado para a produção de livros escolares que estava se consolidando. Os silabários e seus autores queriam romper com práticas consideradas “tradicionalis” para o ensino da leitura, mas, conforme a análise realizada até aqui, observa-se que eles mantinham muitos aspectos metodológicos que eram comuns nas obras da época. Acerca dessas tensões entre o moderno e o tradicional na história da alfabetização, Mortatti (2019) assevera: “preserva-se, no entanto, certa continuidade de sentidos: moderno equivale a novo (recente), melhor e revolucionário, mas se define inevitavelmente a partir da tradição, considerada velha, antiga, indesejável e tradicional” (Mortatti, 2019, p. 25).

Quanto ao ensino da escrita, as obras de Almeida (1875) e Jacobina (1883) não lhe fazem menção em nenhum momento, concentrando-se no ensino da leitura. Diferentemente, o silabário de Caldeira (1877) estabelece que o professor podia aproveitar algumas práticas para ensinar leitura e escrita:

Explico e faço o aluno repetir os diversos sons de a, em seguida mostro-lhe palavras em que estes sons se apresentam. E’ claro que dever-se-á primeiro mostrar vocabulos em que entre um unico som de a, por exemplo: dá, pá, má, fá, cá etc. Continuando mando o aluno citar palavras em que se encontra este som. Finalmente o aluno terá de copiar na pedra<sup>15</sup> os diferentes caracteres que representam o a (Caldeira, 1877, p. XVII).

No oitocentos, o ensino da escrita se dava geralmente após o da leitura. Sobre isso, Frade (2010a) informa que a defesa pela simultaneidade do ensino de leitura e escrita “começa a aparecer como discurso pedagógico e em manuais e livros produzidos no final do século XIX” (Frade, 2010a, p. 271). A autora destaca as obras de Felisberto de Carvalho dentro dessa abordagem inovadora, e poderíamos acrescentar outras mais conhecidas, como a de Hilário Ribeiro, João Kópke, Octaviano Hudson e, não menos importante, o *Primeiro livro de leitura: Syllabario*, de João Braz da Silveira Caldeira.

Outro aspecto singular nos silabários de Almeida (1875) e Caldeira (1877) é a indicação de que as propostas contidas em suas obras precisam ser enriquecidas pelos mestres. Almeida (1875) recomenda que o professor escreva na pedra outras palavras, para além das que estão no silabário, ou as escreva antecipadamente em papéis ou até mesmo as componha, aparentemente com letras móveis do alfabeto (em cartões). Essas letras poderiam ser utilizadas pelo aluno para exercitar a escrita de sílabas e palavras (Almeida, 1875, p. VIII). No silabário de Caldeira (1877), a advertência traz menos detalhes, especificando apenas que o professor deve acrescentar e variar os exercícios. Esse ideário comunga com a visão muito em voga que buscava na figura do professor a responsabilidade única para o ensino da leitura, desconsiderando as condições sociais e materiais das escolas. Difundiam-se discursos dos Presidentes de Província e outras autoridades de que os cursos de formação para o magistério e a profissionalização docente, somados à adoção de compêndios aprovados pelo governo, seriam capazes de resolver os problemas existentes e persistentes na educação brasileira.

<sup>15</sup> Em outro momento, Caldeira (1877) também diz que o aluno pode fazer a cópia na ardósia ou na pedra, imitando “cada um dos caracteres que entra na lição” (Caldeira, 1877, p. XVI).

Por fim, os silabários aqui analisados também contemplam a prática de leitura corrente com textos curtos para o aluno exercitá-la ao final de cada letra ou sílaba ensinada ou ao final do livro. Essas produções têm essencialmente um cunho moralizante, religioso, patriótico, informativo, amoldando a criança à amabilidade, à obediência a Deus, à Igreja, aos pais e ao Estado, dialogando com a produção nacional didática que se avolumava naquele período.

### Considerações finais sobre os silabários e novas veredas...

Os silabários inventariados neste trabalho foram identificados por meio de um levantamento nas notas da imprensa periódica disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Esses livros foram mencionados em anúncios de livrarias, agradecimentos dos jornais aos autores pelo envio de uma cópia de seus silabários, pareceres da imprensa e de autoridades atestando a sua eficácia no ensino da leitura, divulgações feitas pelos próprios autores, relatórios dos governos provinciais citando livros solicitados ou enviados às escolas, publicações de correspondências e relatórios de professores sobre o seu uso, e agradecimentos de algumas províncias aos autores pelo recebimento de doações de silabários como estratégia comercial de divulgação. Todas as menções forneceram elementos não apenas para enumerar os títulos e seus autores, mas também para perceber que o termo “silabário” se popularizou como referência não apenas aos folhetos como também aos livros para o ensino inicial da leitura e seus métodos no século XIX.

Para além dos 34 silabários identificados, de forma muito genérica, foram encontradas algumas alusões a outros que abrem espaço para novas pesquisas sobre a tipologia desse impresso.

Por exemplo, no Colégio do Diretor e Professor Theodolindo Cesar Castello Branco, em 1850, na Província do Rio de Janeiro, usavam-se cartas do abecedário e silabários escritos pelo dito professor (*Jornal do Commercio*, 1850). Referências a essa situação também ocorreram em outras fontes, de modo que várias escolas adotavam silabários escritos pelos diretores, porém não foi possível investigar se foram obras impressas ou manuscritas para atender um contexto local, exigindo uma pesquisa mais aprofundada. Em outra escola na mesma Província, em 1858, há notícia de que entre os compêndios usados estão: “syllabario, Doutrina chistãa, por Pimentel” (*Tolentino*, 1858, p. 1). A menção a somente os sobrenomes dos autores e a falta de detalhes impossibilitaram a inclusão de alguns títulos de silabários no inventário, pois não houve meios de identificar sua autoria com precisão. Outro caso é a divulgação da publicação de um silabário extraído do *Methodo facilissimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curto espaço de tempo*, de autoria do escritor português, Emilio Achilles Monteverde, vendido separadamente (*Jornal da Victoria*, 1867, p. 4). Também há a invenção de Joaquim José Menezes Vieira, em 1881, o “Grophoscopio”, que consistia em um objeto de madeira que continha cilindros que desenrolavam fitas de papéis com “um syllabario ou grande numero de combinações sylabicas em caracteres de imprensa e manuscriptos, desenhos, figuras, quadros communs da vida para as lições das cousas” (*Revista Brazileira*, 1881, p. 343). Todas essas questões demonstram que o repertório de silabários publicados ou que circularam no contexto oitocentista brasileiro é muito mais amplo do que aqui apresentado, incitando diferentes investigações, de cunho regional, nos arquivos espalhados pelo país.

Os três silabários analisados neste trabalho – *Syllabario ou primeiro livro de leitura*, de Almeida (1875), *Primeiro livro de leitura: Syllabario*, de Caldeira (1877), e *Syllabario nacional ou novo método para aprender a ler*, de Jacobina (1883) – vão na contramão da visão predominante nos estudos históricos, que frequentemente afirmam que os silabários não tinham uma abordagem metodológica. Sendo obras voltadas para que o professor pudesse aplicar o

método, elas representam princípios da escolarização da leitura no século XIX, alinhando-se às perspectivas de um ensino rápido, eficiente e agradável, amplamente divulgado no Império.

Os silabários, contudo, faltaram à mesa de muitos meninos e meninas espalhados pelas casas das famílias brasileiras no oitocentos<sup>16</sup>, já que a escola era para poucos e os materiais didáticos também não alcançavam a maioria. Por isso, há que se investigar sobre o alcance e circulação desse impresso denominado de silabário. Mas isso é outra história, “eis, [aqui], quanto julgamos suficiente dizer em relação ao pequeno livrinho que ora” pesquisamos (Caldeira, 1877, p. XXI).

## Referências

- ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. *Métodos de ensino de leitura no Império brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp/ SBHE, 2023.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, mai./jun./ago. 2002.
- BOTO, Carlota. *A escola primária como rito de passagem: Ler, escrever, contar e se comportar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- BRAGANÇA, Aníbal (org.). *Rei do livro: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- CARDOSO, Cancionila Janzковski; AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. Cartilhas na historiografia da alfabetização: fontes, evidências e produções, no Brasil. In: SANTOS, Sônia Maria dos; ROCHA, Juliano Guerra (orgs.). *História da alfabetização e suas fontes*. Uberlândia: EDUFU, 2018.
- CORRÊA, Carlos Humberto Alves; SILVA, Lilian Lopes Martin da. Cartas de abc e cartilhas escolares: alfabetização nas escolas amazonenses (1850-1900). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, V, 2008, Aracajú – SE. *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação: o ensino e a pesquisa em História da Educação*. São Cristovão; Aracajú: UFS; UNIT, 2008, p. 1-10.
- DIAS, Ana Raquel Costa; ROCHA, Juliano Guerra. Biografias de educadoras em “dicionários de gentes” brasileiras (Séculos XIX-XXI). *Cadernos de História da Educação*, v. 23, p. 1-19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v23-e2024-56>.
- DIAS, Magna Aparecida Unas; CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Cartilhas de alfabetização no Brasil: um olhar para sua produção, difusão, circulação e permanência (2000-2021). *Revista Olhares & Trilhas*, v.26, n.2, p.1-23, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/OT2024v26.n.2.73775>.

<sup>16</sup> Realizamos uma paráfrase a um trecho da revista Semana Illustrada a respeito do silabário de Manuel Ribeiro de Almeida, neste artigo analisado, que diz: “O livro merece muita aceitação e não devia faltar na mesa dos meninos de todas as casas de família no Império do Brasil. Esta é a nossa opinião, salvo melhor juízo e sem prejudicar outros” (Semana Illustrada, 1875, p. 5975).

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Introdução. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira (orgs.). *História da Alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG / RS / MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2006.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Uma genealogia dos impressos para o ensino da escrita no Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, p. 264-281, mai./ago. 2010a. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200005>.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Livros para ensinar a ler e escrever: uma pequena análise da visualidade de livros produzidos no Brasil, Portugal e França, entre os séculos XIX e XX. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010b, p. 171-190.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. As configurações gráficas de livros brasileiros e franceses para ensino da leitura e seus possíveis efeitos no uso dos impressos (séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas/SP, v. 12, n. 2 (29), p. 171-208, mai./ago. 2012.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Materiais utilizados para ensinar a ler e escrever no Brasil: significados e pragmática (1840-1960). In: CASTELLANOS, Samuel Luís Velásquez; CASTRO, Cesar Augusto (orgs.). *Livro, leitura e leitor: perspectiva história*. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2016, p. 421-448.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3<sup>a</sup> edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. A história da alfabetização nas cartilhas escolares: práticas pedagógicas, produção e circulação em Minas Gerais, (1834-1997) In: Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, II, 2004, Uberlândia – MG. *Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*. Uberlândia: EDUFU, 2004, p. 545-557.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; ROCHA, Juliano Guerra. Prefácios de manuais escolares de iniciação à leitura produzidos em Portugal e no Brasil do século XIX. In: CARDOSO, Cancionila Janzковski; AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros; RODRIGUES, Sílvia de Fátima Pilegi; BERTOLDO, Sandra Regina Franciscatto (org.). *História(s) de alfabetização, leitura e escrita: concepções, práticas e materialidades*. Rondonópolis: EdUFR, 2022, p. 91-108.

MARCILIO, Maria Luiza. *História da alfabetização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2016.

MONARCHA, Carlos. Manuel Ribeiro de Almeida (1830-1892). In: VALDEZ, Diane; PANIZZOLO, Claudia; DIAS, Ana Raquel Costa; ROCHA, Juliano Guerra (orgs.). *Dicionário de autoras/es de cartilhas e livros de leitura no Brasil [Século XIX]*. Goiânia: Cegraf UFG, 2023, p. 716-725.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da Alfabetização*: São Paulo, 1876-1994. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Métodos de alfabetização no Brasil*: uma história concisa. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

OLIVEIRA, Marcus Aldenisson de; VALDEMARIN, Vera Teresa Valdemarin. João Braz da Silveira Caldeira (1841-1898). In: VALDEZ, Diane; PANIZZOLO, Claudia; DIAS, Ana Raquel Costa; ROCHA, Juliano Guerra (orgs.). *Dicionário de autoras/es de cartilhas e livros de leitura no Brasil [Século XIX]*. Goiânia: Cegraf UFG, 2023, p. 413-424.

PERES, Eliane Teresinha. A circulação de abecedários e alfabetos ilustrados no Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de Alfabetização*, n.19, p.1-17, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47249/rba2023678>.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. O poder dos livros de leitura no início do século XX. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (orgs.). *História do ensino de leitura e escrita: métodos e materiais didáticos*. São Paulo: Editora da UNESP; Marília: Oficina Universitária, 2014, p. 291-313.

ROCHA, Juliano Guerra. *História da alfabetização de crianças em Goiás, 1835-1886*. 2019. 334 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia (Faculdade de Educação), Uberlândia, Minas Gerais, 2019.

ROCHA, Juliano Guerra; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Antonio Jacobina e o *Syllabario nacional ou novo metodo para aprender a ler* (1883). *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 18, p. 1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47249/rba2022669>.

ROCHA, Juliano Guerra; DIAS, Ana Raquel Costa. Joaquim Maria de Lacerda (1838-1886). In: VALDEZ, Diane; PANIZZOLO, Claudia; DIAS, Ana Raquel Costa; ROCHA, Juliano Guerra (orgs.). *Dicionário de autoras/es de cartilhas e livros de leitura no Brasil [Século XIX]*. Goiânia: Cegraf UFG, 2023, p. 546-560.

ROCHA, Juliano Guerra; MIYOSHI, Simone Cléa dos Santos. Antonio de Araujo Ferreira Jacobina (1829-1896). In: VALDEZ, Diane; PANIZZOLO, Claudia; DIAS, Ana Raquel Costa; ROCHA, Juliano Guerra (orgs.). *Dicionário de autoras/es de cartilhas e livros de leitura no Brasil [Século XIX]*. Goiânia: Cegraf UFG, 2023, p. 57-72.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

STEPHANOU, Marta; SOUZA, Mariana Venafre Pereira. Abecedários em circulação: entre dicionários, impressos e cartilhas escolares. *Hist. Educ. (Online)*, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 297-325, set./dez. 2016.

TAMBARA, Elomar. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 11, p. 25-52, abr. 2002.

TAMBARA, Elomar. *Bosquejo de um ostensor do Repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil*. Pelotas: Seiva Publicações, 2003.

VALDEZ, Diane; PANIZZOLO, Claudia; DIAS, Ana Raquel Costa; ROCHA, Juliano Guerra (orgs.). *Dicionário de autoras/es de cartilhas e livros de leitura no Brasil [Século XIX]*. Goiânia: Cegraf UFG, 2023.

VALDEZ, Diane; PANIZZOLO, Claudia; DIAS, Ana Raquel Costa; ROCHA, Juliano Guerra. “O começo, o meio, o começo”: trajetórias do “Dicionário de autoras/es de cartilhas e livros de leitura no Brasil [Século XIX]”. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 25, n. 1, p. 1-23, 2025. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e351>.

VERGARA, Moema de Rezende. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan. *Cadernos Pagu*, v. 13, 1999, p. 223-251.

VOJNIAK, Fernando. *O império das primeiras letras: uma história da institucionalização da cartilha de Alfabetização no século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

## Fontes

ALMEIDA, Manuel Ribeiro de. *Syllabario ou primeiro livro de leitura*. Rio de Janeiro: 1875. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

BIER, Frederico. *Directoria geral da instrução publica. Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva, Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 12 de abril de 1879*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1879. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq=syllabario&paginao%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4502>. Acesso em: 15 mai. 2024.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brazileiro*. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. Acervo da Biblioteca Digital do Senado Federal – Brasil.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brazileiro*. Segundo Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Acervo da Biblioteca Digital do Senado Federal – Brasil.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brazileiro*. Terceiro Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Acervo da Biblioteca Digital do Senado Federal – Brasil.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brazileiro*. Quarto Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Acervo da Biblioteca Digital do Senado Federal – Brasil.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brazileiro*. Quinto Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. Acervo da Biblioteca Digital do Senado Federal – Brasil.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brazileiro*. Sexto Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Acervo da Biblioteca Digital do Senado Federal – Brasil.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brazileiro*. Sétimo Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. Acervo da Biblioteca Digital do Senado Federal – Brasil.

BORGES, Abilio Cesar. Transcripções. Instrucção Publica. Methodo Castilho. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, sabbado, 21 de junho de 1856, anno XIII, n. 171, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=syllabario&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=12009>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CALDEIRA, João Braz da Silveira. *Primeiro livro de leitura: Syllabario*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1877. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

CARVALHO, Carlos Leôncio de. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima sétima legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&pesq=syllabario&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14635>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CASTILHO, António Feliciano de. *Metodo Castilho para o ensino rapido e aprasivel do ler impresso, manuscrito, e numeração e do escrever. 2ª edição inteiramente refundida, aumentada, e ornada de um grande número de vinhetas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/185>. Acesso em: 07 jan. 2025.

CORREIO DA VICTORIA. Regime interno das escolas para se observar provisoriamente. *Correio da Victoria*, Espírito Santo, 1849, p. 2. Disponível: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218235&Pesq=syllabario&pagfis=332>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GAZETA DE NOTICIAS. Fomos obsequiados com um exemplar... *Gazeta de noticias*, Rio de Janeiro, sabbado, 23 de dezembro de 1876, anno II, n. 354, p. 1. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730\\_01&pasta=ano%20187&pesq=%22PARDAL%20E%20VASCONCELLOS%22&pagfis=2039](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_01&pasta=ano%20187&pesq=%22PARDAL%20E%20VASCONCELLOS%22&pagfis=2039). Acesso em: 15 mai. 2024.

IMPRENSA EVANGELICA. Methodo de leitura. *Imprensa Evangelica*, São Paulo, 16 de janeiro de 1892, ano XXVIII, n.3, p.23. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=376582&pesq=renato%20da%20cunha&pagfis=4046>. Acesso em: 10 jun. 2024.

JACOBINA, Antonio de Araujo Ferreira. *Syllabario nacional ou novo methodo para aprender a ler, imitado e composto*. Rio de Janeiro: Casa dos Editores H. Laemmert & C., 1883. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa/ Serviço de Biblioteca – Brasil.

JORNAL DA VICTORIA. Syllabario. *Jornal da Victoria*, sabbado, 3 de agosto de 1867, anno IV, n.333, p.4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218260&pesq=syllabario&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=548>. Acesso em: 30 jun. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO. Imprensa. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, sabbado, 26 de fevereiro de 1887, anno 65, n. 67, p. 2. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_07&Pesq=syllabario&pagfis=17291](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&Pesq=syllabario&pagfis=17291). Acesso em: 18 mai. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO. Instrucção Primaria. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 11 de outubro de 1850, anno XXV, n.229, p.3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_04&pesq=syllabario&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1277](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=syllabario&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1277). Acesso em: 19 jul. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO. Instrucção Syllabario do Professor C. Brazil, 4<sup>a</sup> edição. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno 57, n. 282, quarta-feira, 9 de outubro de 1878, p. 4. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_06&Pesq=syllabario&pagfis=19396](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&Pesq=syllabario&pagfis=19396). Acesso em: 5 jun. 2024.

LIVRARIA DE B. L. GARNIER. *Catalogo da Livraria de B. L. Garnier*, n. 23. Rio de Janeiro; Paris: Livraria de B. L. Garnier, 1865. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/8141>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LIVRARIA DE B. L. GARNIER. *Catalogo da Livraria de B. L. Garnier*. Rio de Janeiro; Paris: Livraria de B. L. Garnier, 1860.

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. *Relatorio apresentado a Assembléa Geral em additamente ao de 8 de maio de 1872 pelo Ministro e Secretario D'Estado dos Negocios do Imperio*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1872. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&pesq=syllabario&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10029>. Acesso em: 7 jun. 2024.

RELATORIO DA INSPECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA DO MUNICIPIO DA CORTE. *Apresentado ao Illmo e Exmo Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio*. 25 de abril de 1858. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&pesq=syllabario&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4247>. Acesso em: 13 jun. 2024.

REPUBLICA. Ao Director da Instrucção Publica. *Republica*, Florianopolis, Estado de Santa Catarina, quarta-feira, 26 de junho de 1895, anno VI, n. 140, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711497x&pesq=syllabario&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5079>. Acesso em: 22 jun. 2024.

REVISTA BRASILEIRA. Graphoscopio. *Revista Brasileira*, terceiro anno, tomo X. Rio de Janeiro: N. Midosi, Editor, 1881. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=139955&pesq=syllabario&pasta=ano%20188&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6800>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SEMANA ILLUSTRADA. Publicação. *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, anno XV, n. 747, 1875, p. 5975. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702951&pesq=syllabario&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6046>. Acesso em: 1 mai. 2024.

TOLENTINO, Antonio Nicoláo. Relatorio apresentado pelo Sr. Conselheiro Antono Nicoláo Tolentino ao Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, ao passar-lhe a administração da Provincia do Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Supplemento ao n. 340, sabbado, 11 de dezembro de 1858. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_04&pesq=syllabario&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=13756](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=syllabario&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=13756). Acesso em: 18 jul. 2024.

TRINOCQ, Camillo. *Curso d'estudos elementares - Collecção de tratadinhos separados, contendo as mais uteis noções acerca dos principaes ramos de conhecimentos humanos. Primeiro livro de leitura*. Rio de Janeiro; Paris: Livraria de Garnier Irmãos, 1851. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100345>. Acesso em: 10 jan. 2025.